

**DO REINO DE AXUM AO REINO DA ETIÓPIA
(SÉCULO I D.C. AO SÉCULO XVII):
A FORÇA E O ISOLAMENTO DO CRISTIANISMO
NA ÁFRICA DO NORTE E NORDESTE**

**FROM AXUM'S KINGDOM TILL ETHIOPIAN'S KINGDOM
(1ST CENTURY A.C. TO 17TH CENTURY):
THE POWER AND THE ISOLATION OF CHRISTIANITY
IN THE NORTH AND NORTHEAST OF AFRICA**

ALBERTO MANUEL VARA BRANCO ¹

¹ Doutorado em História, Professor Coordenador Aposentado da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu – Portugal. (e-mail: amvarabranco@gmail.com)

Resumo

O reino da Etiópia é produto da presença do Cristianismo no Norte e Nordeste de África. Perante o avanço do Islamismo, no século VII depois de Cristo, o Reino da Etiópia isolou-se do mundo exterior, nomeadamente dos Centros Religiosos de Constantinopla e Roma.

Palavras-chave: Etiópia, cristianismo, África, isolamento.

Abstract

The Ethiopian Kingdom results from the Christianity's presence through the North and Northeast of Africa. With the growth of Islamism during the 7th century A.C., the Ethiopian Kingdom stayed apart from the Christian world, namely, Constantinople and Rome.

Keywords: Ethiopia, christianity, Africa, isolation.

1. Introdução – apresentação do assunto

O Deserto do Saara foi um fator geográfico altamente condicionador no continente africano, isolando o Norte da maior parte do referido continente até aos finais do primeiro milénio depois de Cristo, quando a economia em expansão e o islamismo penetraram o deserto, ultrapassando-o, a fim de extrair ouro e capturar escravos, produtos que faziam parte do mecanismo e intercâmbio comerciais autóctones da África Ocidental, e criar ligações por mar com a África Central e Oriental.

Do Século I ao século IV D.C., no Norte e Nordeste de África, assiste-se à presença da vanguarda intelectual do Cristianismo, que veio a sucumbir com o aparecimento do Islamismo e do seu ímpeto a partir do século VII. Assim, no Egito, na Núbia, no Sudão e na Etiópia o Cristianismo foi convictamente adaptado pelos povos africanos dessas regiões às suas próprias culturas e assumiu prestígio relevante nessa época. Documentos históricos, nomeadamente arquitetónicos e monumentais, dão conhecimento dessa mesma realidade.

De facto, muito mais tarde, o Norte e Nordeste africanos foram incapazes de resistir ao avanço do Islamismo a partir do século VII, o qual estendeu o seu poder a toda a região, em parte devido à fraqueza militar e à instabilidade política do Império Bizantino.

A única região que conseguiu fazer frente ao avanço do Islão foi o reino de Axum, que, posteriormente, desembocou no aparecimento do reino da Etiópia, em parte devido ao seu isolamento, às características geográficas e climáticas da zona em que se encontrava inserido e, ainda, porque esta região se encontrava relativamente afastada do centro dos poderes decisórios islâmicos. Desta forma, bem se compreende porque toda a história da Etiópia está ligada à evolução do Cristianismo no Norte e Nordeste de África, ao isolamento das influências externas e, ainda, se relaciona com a nefasta problemática das quezílias político-religiosas do império romano (Monofisismo, Nestorianismo e Pró-Calcedónios), cuja sede na altura era Constantinopla.

A maior parte do território do reino da Etiópia estava inserida em área cuja altitude é superior a 1000 metros e este fator geográfico teve também um papel preponderante em todo o desenrolar da sua história, muito particular, mas ainda sujeita a muitas investidas por parte dos povos que rodeavam o seu território, os quais eram aderentes – e ainda o são – do credo muçulmano.

2. O aparecimento do Cristianismo no Norte e no Nordeste de África

Segundo Iliffe (1999), foi o apóstolo São Marcos que levou o Cristianismo para Alexandria no ano 61 D.C. Também a documentação histórica da época faz referência à presença do apóstolo São Mateus em terras que viriam a ser pertença do

futuro reino da Etiópia e à lendária Santa Efigénia, filha do rei Egípcio, batizada por este apóstolo e que veio a converter-se ao Cristianismo.

Para além do núcleo inicial judaico onde se inseriu em Alexandria, (importante porto no Mar Mediterrâneo e relevante centro egípcio), o Cristianismo expandiu-se efetivamente e, por volta de 200 D.C., havia já uma igreja de língua grega sob a coordenação de um bispo de Alexandria. Por esta ocasião destaca-se a figura do filósofo e teólogo Orígenes.

No século IV, no Egito, existiam 51 dioceses e era abundante a existência de Bíblias escritas em copta. Os principais chefes do Cristianismo popular eram monges eremitas como S. Antão e S. Pacómio. Os adeptos da vida monástica inspiraram-se na vida dos sacerdotes do Antigo Egito.

Após a oficialização do Cristianismo como religião de estado do império Romano pelo imperador Constantino sabe-se que, em 400 D.C., noventa por cento dos egípcios eram cristãos.

Para ocidente do Egito, a ação de cristianização e evangelização ficou a dever-se a gregos, romanos e judeus. Na região de Cartago, e quando Diocleciano lançou a grande perseguição em 303, cria-se uma igreja dissidente sob a orientação de Donato, um de dois bispos rivais de Cartago, e esse movimento cismático não tolerava os cristãos lapsos. O donatismo foi-se lentamente confinando aos seus habitantes nómadas, tendo sobrevivido até à invasão muçulmana ocorrida no século VII.

No Egito, ainda hoje, na igreja copta, os acontecimentos são datados não a partir do nascimento de Cristo, mas a partir da era dos mártires em 284 D.C. Após o Concílio de Calcedónia, reunido em 451, e quando o imperador Justiniano tentava impor uma hierarquia pró-calcedónia à igreja egípcia, a igreja copta proclamou-se a favor da crença monofisita, uma só natureza, a divina, em Jesus.

Esta questão política-religiosa enfraqueceu a coesão da unidade do Cristianismo no Egito dessa época e impediu fortemente, no futuro, uma resistência unificada à invasão muçulmana, que ocorreu no século VII.

Uma vez que a igreja copta era de cariz missionário, expandiu-se para outras áreas africanas, nomeadamente a Núbia e a Etiópia. Esta última sofreu um incremento, em parte devido à força do comércio existente no Mar Vermelho, e ligou-a às atividades mediterrânicas pelo porto de Adulis, importante pelo marfim.

3. O Cristianismo no reino de Axum

No século I D.C., surgiu o reino de Axum que conseguiu unificar a região. Herdando uma parte da cultura do sul da Arábia engrandeceu a sua capital com importantes monumentos. O seu prestígio e poderio foram atestados pela cunhagem de moedas, seguindo os modelos romanos.

A introdução do Cristianismo em Axum ficou a dever-se a Frumêncio, jovem mercador cristão. Ele foi tutor do futuro rei Ezana. Consagrado em Alexandria como primeiro bispo de Axum, influenciou o referido rei para adotar oficialmente o Cristianismo, o que veio a acontecer em 333 D.C.

A igreja da Etiópia tornou-se monofisita, por influência de Alexandria, e foi chefiada por monges coptas vindos daquela cidade egípcia até meados do século XX. A única via de contacto com o exterior por parte do Cristianismo etíope fazia-se através de Alexandria.

Nos séculos V a VII as escrituras foram traduzidas para a língua franca semita de Axum, escrita inspirada no alfabeto do sul da Arábia. A partir desta época o Cristianismo, apoiado pelo domínio de Axum, estendeu a sua ação para sul, até ao planalto etíope.

Os templos pagãos da região e de Adulis foram transformados em igrejas. Contudo, a partir de finais do século VI, a grandiosidade do reino de Axum eclipsou-se face a três factos muito importantes:

- O desvio do comércio da região, por causa da guerra entre o império bizantino e a Pérsia;
- A destruição do porto de Adulis em virtude da expansão muçulmana; e
- A alteração climática, com o declínio das chuvas, e que teve uma enorme influência na agricultura da região.

No ano de 630, o rei Ezana morreu e não foi sepultado na capital, mas na região a sudeste, onde já se registava a interpenetração da cultura de Aksum e das culturas autóctones de Cush. Todas estas movimentações políticas, culturais e económicas contribuíram para a origem e reforço da igreja histórica local, com a sua especificidade esotérica, doutrinária e de rituais e, ainda, para a formação do futuro reino da Etiópia. Assim, começa a vida real do reino em causa.

4. A evolução de natureza social, religiosa, política e económica da Etiópia até ao século XV

Sabe-se que o ímpeto da invasão muçulmana no Norte de África não foi capaz de aniquilar o poder do Cristianismo na região, uma vez que o foco espiritual da cristandade estava afastado do centro do poderio muçulmano. Por outro lado, assistiu-se à constante colonização dos planaltos, onde, por agricultores de línguas semitas, se falava a língua cuxítica. Esta problemática acompanhou toda a história etíope entre os séculos IX e XVI.

De acordo com Taddesse Tamrat (1972), o centro do reino estava na região de Wollo, e não em Tigre, situada mais a Norte, e naquela zona o povo cuxita falava línguas Agaw. No século XII, em 1137, um príncipe Agaw fundou a dinastia Zagwe, ao

apoderar-se do trono etíope. Esta dinastia esteve no poder até 1270, procurando a sua legitimidade pela realização de obras de carácter religioso, nomeadamente as igrejas escavadas na rocha de Lalibela, integrada na área da cidade de Zion, banhada pelo riacho Yordanos e pelo monte calvário.

Segundo Iliffe (1999), dá-se a deslocação das povoações cristãs mais para Sul, devido ao clima ser mais chuvoso, mas ainda pela atividade comercial nas áreas baixas do Leste, que se desenvolvia até à costa de Zeila. O comércio incidia sobre o mercado de escravos, ouro, marfim e sal, e importava artigos de luxo vindos do Islão.

Os povos de língua semita avançaram mais para Sul, atravessando o país Agaw e penetrando em Amara e Showa. As forças de maioria Showa, cujo chefe Yikunno Amlak se dizia ser descendente de Salomão e da rainha de Sábá, derrubaram a dinastia Zagwe em 1270.

Seu neto, o rei Amda Siyon (1314-1344) tornou-se o maior monarca guerreiro da Etiópia, conquistando Ifat, e obrigando os chefes muçulmanos locais a formar um emirato em Harar, em região mais a leste. Amda Siyon alargou ainda as fronteiras etíopes meridionais e ocidental, à custa de áreas cuxitas não cristãs e também à custa de povos que continuavam a manter as antigas tradições judaicas de Axum.

De acordo com Iliffe (1999), a Etiópia deste tempo era a mais antiga sociedade africana negra, que pode ser analisada ao pormenor devido à existência de crónicas reais e documentação religiosa. A ação desta dinastia centrava-se no controlo da natureza e da colonização da terra, tidas por meritórias pelo Cristianismo local. As povoações, na sua maioria, estavam localizadas no planalto quente e húmido, com uma altitude de 1800 a 2500 metros, evitando por isso as planícies áridas e as vertentes gélidas das montanhas, bem como os vales muito fortemente arborizados.

Wallis Budge (1906) salienta que, na hagiografia de S. Takla Haymanot, abade showa, datada dos séculos XIII/XIV, os seus monges retiraram à selva muitos campos para a agricultura, uma vez que as terras das montanhas se encontravam em estado bravo, com mato e na situação de incultas. De acordo com Iliffe (1999), são conhecidas, na época, as principais culturas nos planaltos, como sejam o trigo, a cevada e o teff e, mais a sul, quando a água era abundante, aparecia a ensete, falsa banana, sublinhando ainda ser praticada *a rotação de culturas e os campos eram permanentemente cultivados com arado, caso único na África subsariana, mas o arado puxado por um ou dois animais, fazia uma lavra superficial, de modo que não surgiu nenhuma estrutura senhorial ou servidão* (p. 81). Wallis Budge (1906) diz, ainda, que S. Takla aconselhava paciência aos donos das terras, sempre que os animais selvagens devastavam as culturas agrícolas, e refere que os homens santos protegiam as pessoas dos animais selvagens, por meio de milagres. Mas os agricultores enfrentavam ainda outros contratemplos, nomeadamente a pluviosidade, quando a chuva era em demasia, a

avaliar pelo nível das águas dos lagos, ou, por outro lado, quando a chuva faltava ou escasseava. Na vida de S. Takla também se faz referência à fome, embora esta fosse menos comum nessa altura do que em épocas posteriores (Wallis Budge, 1906).

Para Ludolphus (1984), Yikunno Amlak e os seus sucessores da dinastia salomónica conseguiram dominar a situação em parte pelo direito que diziam ter, proveniente do sangue do rei Salomão, mas também e principalmente pela força dos seus exércitos. Os soberanos, no sentido de exercerem a sua autoridade e poder, tinham o hábito de deixar as capitais permanentes até meados do século XV, preferindo a permanência em grandes acampamentos itinerantes.

Segundo Iliffe (1999), *as conquistas de Amda Siyon abriram um vasto campo à igreja etíope. Os seus evangelistas correspondiam, em termos espirituais, aos heróis militares: homens santos como S. Takla Haymanot, em geral de origem nobre, que fundaram os primeiros mosteiros em zonas não cristãs, praticavam a automortificação, moviam ataques épicos contra religiões indígenas e atraíam o povo para o cristianismo, através do seu poder, da sua santidade, dos seus milagres e dos serviços que prestavam na nova ordem cristã* (p. 83).

De acordo com Kaplan (1984), é sublinhado que, em Tigre, desde o século V, existia vida religiosa em mosteiros, destacando que o monge Iyasus Mo'a, em 1248, a levou para Amara, situada mais a sul.

Em 1286, S. Takla Haymanot fundou o famoso mosteiro de Debra Libanos em Showa, acrescentando Wallis Budge (1906) que os seus monges, muito pouco inclinados à centralização real, criaram muitos conventos na região sul da Etiópia, durante os dois séculos seguintes, para além de terem incrementado a vida monástica em Tigre pela ação do monge Ewostatewos (1273 – 1352).

Tamrat (1972) e Kaplan (1984) destacam que as adaptações esotéricas, levadas a efeito pelos missionários etíopes, contribuíram para reforçar uma orientação diferenciada no ideal cristão, característica esta muito própria do Cristianismo neste reino, até porque a deslocação deste para sul, para as zonas planálticas, foi, sobretudo, devida à expansão do islamismo no século VII. Assim, segundo os mesmos historiadores, assistiu-se ao isolamento do Cristianismo da Etiópia em relação ao mundo cristão exterior, nomeadamente em relação a Constantinopla e Roma. A única ligação que se mantinha, embora de uma forma esporádica, era com Alexandria no Egito, sede da igreja copta de características monofisitas, tendo o seu bispo por missão a ordenação de sacerdotes no reino da Etiópia.

Iliffe (1999), pela análise que fez sobre o Cristianismo etíope, sublinha que a Etiópia se afirmava como o Sião, sendo definida pela religião, que defendia a sua fé contra as forças adversas inimigas que a rodeavam. Assumindo-se como uma segunda

Israel, a Etiópia possuía uma fé muito poderosa, que *acentuava a majestade de Jeová e a divindade em detrimento da humanidade de Cristo* (p. 84).

Kaplan (1984) e Tamrat (1972), destacam que, na religião etíope, as práticas judaicas eram fortalecidas, nomeadamente as práticas do Novo Testamento, que modelavam o comportamento individual da pessoa, com destaque na caridade, nos milagres e na cura espiritual. Iliffe (1999) diz concretamente que esse Cristianismo etíope *exprimia uma cultura heróica* (p. 84) com ênfase na vida dos homens santos, na automortificação do jejum, e no significado das figuras de S. Jorge e dos Arcanjos. Acrescenta o mesmo autor que todo este movimento religioso foi comandado e canalizado por Zara Yaqob (1434-1468), que obrigou a igreja a praticar e a desenvolver a evangelização monástica. A ação deste monarca, que consolidou as fronteiras territoriais do país, a partir de Debra Berhan, em Showa, capital fixa do reino, ressuscitou o antigo hábito e cerimonial da coroação real em Axum.

5. A evolução de natureza social, religiosa, política e económica da Etiópia até ao século XVII

Beckingham & Huntingford (1961) mencionam que, no século XVI, o missionário Francisco Alvares se referia à fertilidade na região de Tigre, onde existia uma numerosa população, a qual se concentrava nessa região ou noutras áreas planálticas. Salientam, ainda, que, devido à existência de poucos filhos nas famílias, no período salomónico, foi abafado o conflito de gerações na Etiópia, não tendo os cristãos linhagens ou apelidos, e existindo pequenas aldeias, cuja força institucional assentava primordialmente na paróquia e na sua igreja. Mais adiante, o mesmo religioso português dizia que, nesta sociedade móvel e colonizadora, existiam algumas residências da nobreza e a sua riqueza provinha do desbravamento das terras por pioneiros ancestrais e de doações reais do direito de cobrar tributo em dinheiro e em mão-de-obra aos agricultores da região.

Huntingford (1965) salienta que a situação de guerra era uma circunstância quase permanente e por isso, os cavalos de guerra eram mais importantes que o arado, sendo o nobre um homem poderoso, cujo estatuto, obtido pelo talento e força competitivos, exibiam o seu prestígio social pela presença de muitos servos na sua residência e pela prática de uma aparente generosidade em prol de pobres incapacitados.

Segundo Beckingham & Huntingford (1961), no século XVI, o missionário português Francisco Álvares relatava com muita minúcia as várias epidemias que assolavam o reino da Etiópia e zonas limítrofes, nomeadamente a varíola, a lepra e a malária, exercendo um impacto muito negativo sobre a população.

No campo político e religioso, após a morte de Zara Yaqob (1434-68), finda a centralização e o autoritarismo da sua governação, o reino da Etiópia, entre 1478 e

1527, entrou num período de instabilidade e os reis subiam ao poder com a idade média de onze anos (Ilfie, 1999). Com esta instabilidade política, quem beneficiou foi o sultão de Harar, que, com as suas forças militares, invadiu as regiões montanhosas cristãs, destruindo o famoso mosteiro de Debra Libanos, fundado por S. Takla Haymanot. Só em 1543, a situação se alterou bruscamente a favor dos etíopes, com a morte do líder muçulmano, em combate com um exército cristão, que tinha incorporado um grupo de militares portugueses. Desta forma, as forças do Islão voltaram a fixar-se na região de Harar.

Assim, a igreja etíope continuou independente e enquistada até ao presente, afunilando as suas características específicas de carácter monofisita e judaicas, devido, em parte, ao isolamento com o exterior.

Merece ser destacado, de seguida, qual a visão que a Europa, na Idade Média, tinha da Etiópia, com ênfase para os mitos que rodeavam a sua localização territorial e, ainda, sobre as fantasias que pairavam sobre alguns dos seus habitantes.

Ilfie (1999) salienta que a mudança no Egito, levada a cabo por Mohammed Ali, também veio a afetar a Etiópia. Após a expulsão das forças islamitas em 1543, o reino cristão etíope não conseguiu recuperar totalmente o seu antigo prestígio, porque a guerra permitiria que o povo OMO, de língua cuxítica, se infiltrasse nas zonas de montanha do sul ocupadas por cristãos.

Reagindo a esta circunstância, os Amara fixaram-se ao Norte e a Ocidente, situação cristalizada em 1636 com a fundação de uma capital fixa em Gondar. O referido historiador acrescenta que, no reino da Etiópia, a segmentação era equivalente à existência de regionalismos, em especial no período da época dos juízes, entre 1769 e 1855, quando os donos da guerra nas províncias, que lutavam para dominar os imperadores, sem poderem reduzir o reino, contribuíram para asfixiar a Etiópia.

6. A imagem que a Europa dos séculos X a XV/XVI tinha da Etiópia: mitos e realidade

O isolamento forçado da Etiópia ao mundo exterior, sobretudo devido à expansão do Islamismo, a partir do século VII, contribuiu, em parte, para que esta região sofresse de uma imagem mística distorcida e deformada e rodeada de mitos. Acresce, ainda, que o Cristianismo etíope estava circundado ou encurralado, ou pelo poder muçulmano ou pelo paganismo, o qual perdurou em quase toda a África até ao século XV. A luta do Cristianismo etíope com o exterior foi uma constante presença ao longo de toda a sua história e, portanto, a vida do reino da Etiópia não foi nada fácil.

Em toda a problemática do obscurantismo do conhecimento científico, é de salientar que, no Portugal quatrocentista e da Europa no seu todo (ou quase), a respeito da Etiópia, país do Preste João, vigorava a ideia de que aquele país era, umas vezes,

confundido com a Índia e, outras vezes, que a incluía ou continha-a dentro de si. Assim, assistia-se nessa época a uma dose de sugestões precipitadas ou hipóteses não cientificamente consistentes.

Albuquerque (1989) diz: *interessa-nos apenas mostrar, documentando, que os limites das Índias, ou da terra do Preste João se alongavam até à beira do Atlântico, segundo ideias geográficas que vinham de longe* (p.173) e adianta que *para Pompónio Mela, a Etiópia, aliás já cindida em duas partes, oriental e ocidental, ocupa toda uma vasta zona do continente africano, ao sul das regiões que davam sobre o Mediterrâneo* (p. 173).

Pompónio Mela faz alusão aos etíopes ocidentais ou hespérios, destacando que estes estavam em estado selvagem, não possuindo riquezas, e fala de um rio que atravessava a zona por eles habitada como sendo uma parte do Nilo.

Segundo Albuquerque (1989), o geógrafo Solino referencia a separação dos etíopes com os povos do Norte de África, pelo rio dos Negros, e depois de abordar os etíopes garamantes, ocidentais, enumerava as diferentes raças de homens que se encontravam na Etiópia, carregando numa série de monstruosidades, nomeadamente os Cinamolgos, de faces caninas, e os etíopes do mar, com quatro olhos. Esta lenda ou descrição era conhecida em Portugal nos princípios do século XVI.

Santo Isidoro, nas *Etimologias*, confirmava a existência de uma extensa Etiópia, destacando que os seus naturais eram negros, habitando uma área de larga faixa transversal de África, o que leva Albuquerque (1989) a salientar que não se pode identificar a antiga Etiópia com a Etiópia de hoje, referindo que determinada *tradição geográfica estabelecida desde os primeiros séculos da era cristã dava o nome de Etiópia a uma larga região que se estendia do Atlântico à contra costa: os seus limites setentrionais seriam, de ocidente para nascente, a Mauritânia (prolongada até ao rio dos Negros), a Núbia e o Egito* (p. 174).

O mesmo historiador apresenta, ainda, um resumo – índice de cartas e referências sobre a Etiópia, cobrindo um largo período de séculos na Idade Média, sublinhando que no:

- **Século VII**, em que o *mapa mundi* de Albi referencia a Etiópia em região a sul da Mauritânia próxima do Oceano Atlântico;

- **Século IX**, em que o mapa de Sever posiciona no continente africano diferentes regiões, como sejam a Líbia, deserto arenoso, e a Etiópia, localizada a sul do deserto do Saara;

- **Século XIII**, com destaque para três documentos geográficos:

. O planisfério de Hereford, destacando que ao sul do Atlas e junto do Oceano Atlântico aparecem os tanginer etíopes e os agriphagis etíopes, para além dos marithimi etíopes;

. O *mapa mundi* do Museu Britânico, cuja configuração de África se apresenta sob a forma de um semicírculo, e onde, além da Etiópia oriental, é mencionada na costa atlântica, a Etiópia calidíssima e, mais a sul, a Etiópia ocidental;

- A carta de um manuscrito de Salústio, que menciona a localização da Etiópia a sul de África, acessível aos navegantes que viajam ao longo da costa ocidental.

- **Século XIV**, com referência para três mapas, tais como:

. O planisfério em anexo ao manuscrito de Ranulfo Hidgen (1363), denominado *Polychronicon*, inserindo a Etiópia no sul de África;

. O planisfério anexo a um manuscrito de Frei Paolino Minorita, apresentando a legenda *Ethiopian orientalis*, situa a Etiópia nas proximidades da Índia e contígua ao Atlântico;

. A carta de uma coleção da Biblioteca Vaticana, sublinhando que a ocidente surge também Etiópia e Barbaria.

- **Século XV**, com destaque para dois documentos de cariz geográfico:

. O planisfério anónimo da 1ª metade do século em que o continente africano é limitado ao sul pelo *Mere ethiopiae* onde, junto à costa oriental, estão desenhados 3 homens com cabeça de cão. A esta Etiópia meridional seguia-se a Núbia, país de cristãos do Preste João, cujo império vai deste Gibraltar para sul até ao Rio do Ouro;

. A carta genovesa de 1447, em que, na costa ocidental africana e um pouco acima do Golfo da Guiné, aparecem as indicações *Ethiopia* e *Ethiopia arenosa*.

Para além desta documentação de âmbito cartográfico e geográfico, apareceram na Idade Média diversas obras com referência à Etiópia e a Preste João, com realce para:

- Joham de Plano Carpini, *Geschichte der Mongolen und Reisebericht* 1245-1247. Leipzig 1930, p. 122-123, obra em que os domínios do Preste João vinham até ao ocidente africano;

- Ricobaldo de Ferrara. *De Locis Orbis et Insularum et Marium* (1312);

- Fagio degli Uberti, no poema *Il Ditamondo* (1367).

Estas obras, referenciadas por Luís Albuquerque (1989), em conjunto com documentação e/ou cartas de origem náutica, deixam transparecer que, por exemplo, a Índia, com domínio geográfico muito extenso e com fronteiras não precisas, era considerada, por algumas correntes de opinião na Idade Média, como sendo o país de Preste João e abrangendo todos os territórios localizados a leste do Mar Mediterrâneo, para além do poderio muçulmano e a sul do deserto do Saara. De acordo com o mesmo Albuquerque (1989), há conhecimento de que, em 1450-1451, o rei da Etiópia enviou uma embaixada ao Rei de Aragão, na Península Ibérica, e dela saiu um emissário que veio a Portugal em missão de cortesia.

Na *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*, no capítulo II, o cronista Azurara faz referência aos etíopes, vivendo à sombra do Cáucaso e negros em cor. Outros textos de navegadores ou de indivíduos integrados em viagens marítimas, na Idade Média, fazem referência constante ao alargamento e/ou ao posicionamento da Etiópia até à costa ocidental do continente africano, bem como à designação de Etiópia para toda a África, à exceção das zonas junto ao Mar Mediterrâneo. Esta situação estava altamente generalizada em toda a Idade Média.

7 - Considerações finais

Até ao século VII, o império de Constantinopla digladiava-se com lutas políticas internas, apostadas em doutrinas e crenças religiosas estereis. Por isso, as forças bizantinas degradavam-se e não tiveram capacidade de enfrentar o inimigo. O avanço e o poderio muçulmanos, muito velozmente, ficaram a dever-se ao desequilíbrio do império bizantino, apostado em lutas internas.

O reino de Axum e, posteriormente, o reino da Etiópia teve de lutar contra a doença, os desafios da natureza e, acima de tudo, contra os povos do exterior para sobreviver. Desta forma, as instituições políticas, religiosas, económicas e sociais revelaram-se suficientemente capazes para assegurar a sua sobrevivência como reino independente.

É de salientar que a cultura e as crenças humanas da região, apoiadas pela religião cristã, também contribuíram para a consolidação deste território como um reino soberano e diferente. A igreja etíope ficou sozinha em África, onde iria perdurar, de forma independente, até ao mundo contemporâneo.

A imagem que a Europa da Idade Média e para além tinha da Etiópia é fascinante, mas ao mesmo tempo ignorante, já que diversos documentos históricos fazem referência constante ao alargamento e/ou ao posicionamento da Etiópia até à costa ocidental do continente africano e à designação de Etiópia como abrangendo toda a África, à exceção das zonas junto ao Mar Mediterrâneo. Esta situação estava altamente generalizada por toda a Europa da época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albuquerque, Luís de (1989). *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. (4ª ed.). Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Beckingham, C. F. & Huntingford, G. W. (1961). *The Prester John of the Indies. A True Relation of the Lands of the Prester John, being the narrative of the Portuguese Embassy to Ethiopia in 1520, written by Father Francisco Alvares*. (Translation). Cambridge: Edited by C. F. Beckingham & G. W. B. Huntingford. Works issued by the Hakluyt Society, Second Series, CXIV, CXV, vol I.

- Budge, E. A. Wallis (1906). *The life of Takla Haymanot*. London: Lady Meux.
- Huntingford, G. W. (1965). *The glorious victories of Amda Seyon*. Oxford: translated and edited by G. W. B. Huntingford.
- Iliffe, John (1999). *Os africanos. História dum continente*. Lisboa, Terramar.
- Kaplan, S. (1984). *The monastic holy man and the Christianization of early Solomonic Ethiopia*. Wiesbaden: Franz Steiner.
- Ludolphus, Job (1984). *A New history of Ethiopia*. (2th edition). Translated by J. P. Gent. London: Sasor. (1^a ed. 1682).
- Santo Isidoro de Sevilha (1982-1983). *Etimologías*. Madrid: La Editorial Católica S.A. (2 vol.).
- Tamrat, Tadesse (1972). *Church and state in Ethiopia 1270 – 1527*. Oxford: Clarendon Press.

Recebido: 21 de abril de 2014.

Aceite: 24 de setembro de 2014.